

OCDE E COMISSÃO EUROPEIA REALÇAM AVANÇO DE PORTUGAL NA PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS RURAIS

1. Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF) é uma das medidas mais importantes implementadas em Portugal em matéria de prevenção de incêndios.
2. É preciso manter o compromisso político para prosseguir com este caminho.
3. É necessário melhorar a qualidade da decisão e o uso dos recursos disponíveis.

A secretária-geral adjunta da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Fabrizia Lapecorella, considera que desde 2017, Portugal implementou reformas muito ambiciosas para prevenir os incêndios rurais, apontado a criação da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF) como uma das medidas mais importantes.

Na apresentação do projeto da União Europeia, “Adaptação Climática: Prevenção de Incêndios Rurais em Portugal”, resultado de uma colaboração AGIF e OCDE, Fabrizia Lapecorella sublinhou que desde então “foi feito um trabalho bastante meritório, que importa continuar para que se possam implementar os restantes planos que têm sido delineados”.

Com o projeto apresentado, pretende-se envolver todos os atores na prevenção e identificar as áreas mais sensíveis e as políticas mais adequadas para a proteção das áreas rurais.

O diretor-geral da Comissão Europeia, Mário Nava, destacou também a aprendizagem e a evolução feitas nestes últimos anos, reiterando também a importância da prevenção.

O presidente da AGIF, Tiago Oliveira, sublinha que é necessário melhorar a qualidade da decisão e o uso dos recursos disponíveis.

“Temos 300 dias no ano para limpar e gerir terrenos, para articular procedimentos entre entidades, para sensibilizar as pessoas”, afirma.

Tiago Oliveira defende que para prevenir os incêndios “temos de olhar para as causas”, pois os incêndios são uma consequência.

“É necessário valorizar as áreas rurais. O que interessa é que se faça a silvicultura. É necessário gerir melhor a vegetação”, acrescenta.

Para Duarte da Costa, presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), a supressão dos incêndios “nunca é solução”, sendo que o objetivo é aproximar a supressão da prevenção.

A perda da capacidade de gerir economicamente a paisagem é para Nuno Banza, presidente do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), “um dos maiores problemas”.

“É imprescindível criar uma dinâmica de economia da paisagem que tenha intervenção no território. Mas não para todo o território, porque há uma parte que não precisa de ser gerido, mas sim protegido. É preciso criar valor para que a gestão do território não tenha apenas um custo, mas também tenha retorno financeiro”.

No período da tarde tiveram lugar dois painéis um subordinado ao tema das forças e desafios baseados nas tomadas de decisão, e um segundo sobre o acesso ao financiamento, nos quais os participantes tiveram oportunidade de dirigir questões e preocupações aos oradores, suscitando um debate profícuo.

O encerramento da sessão contou com a intervenção da ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa.